

14 DE MAIO DE 2015

# Angola na era dos drones: uma oportunidade para a segurança interna e projecção internacional?

GUSTAVO PLÁCIDO DOS SANTOS

Instituto Português de Relações Internacionais e Segurança (IPRIS)

Os Veículos Aéreos Não Tripulados (VANTs), conhecidos por drones, têm ganho crescente relevância em questões de defesa e segurança. Há cada vez mais países a adquirir e desenvolver esta tecnologia. Nesta altura, tanto quanto se sabe, 85 países têm drones, armados e não armados. Na maioria dos casos, cerca de 78, os Estados têm drones cuja finalidade consiste apenas em funções de vigilância.<sup>1</sup>

No que respeita ao continente africano, a grande maioria dos drones em acção fazem parte de missões de potências ocidentais. De facto, são 12 os países africanos que têm esta tecnologia, sendo que apenas quatro a produzem actualmente.<sup>2</sup> No entanto, espera-se que cada vez mais Estados africanos venham a ter drones, nomeadamente para fins de vigilância, quer seja devido à natureza das ameaças actuais—crime organizado, terrorismo, entre outras—quer pela competição entre potências regionais.

O território em muitos países africanos é vasto, de difícil acesso e pouco habitado. Dado que as ameaças à estabilidade e segurança em África estão em regra presentes nas regiões mais isoladas e têm um cariz transnacional, torna-se assim complicado detectá-las. Deste modo, urge

desenvolver capacidades de inteligência, vigilância e reconhecimento (IVR) eficazes e que tenham em conta as limitações orçamentais que afectam algumas das potências africanas.

Os VANTs permitem realizar missões de longa duração e em zonas de difícil acesso, facilitando a monitorização de recursos marítimos, de ataques de pirataria, da exploração do gás e petróleo, bem como da imigração ilegal, crime organizado e terrorismo. Igualmente importante é o facto de um drone implicar menos custos no longo prazo.<sup>3</sup>

Estima-se que o mercado global de drones duplicará na próxima década, dos actuais 6,6 mil milhões de dólares anuais para 11,4 mil milhões.<sup>4</sup> Tendo em conta que a despesa militar em África durante o ano de 2014 registou o maior crescimento anual global,<sup>5</sup> percebe-se o quão atractivo é este mercado. De facto, é em larga medida o potencial económico deste mercado que tem levado cada vez mais actores a desenvolver drones. Se em 2005 havia 195 programas de desenvolvimento

1 Niall McCarthy, "The Countries Importing The Most Drones" (*Forbes*, 18 de Março de 2015).

2 Os quatro conhecidos são a África do Sul, Argélia, Egipto e Etiópia. Ver "World of Drones: Military" (*New America*, 2015).

3 Paul Scharre e Daniel Burg, "To Save Money, Go Unmanned" (*War on the Rocks*, 22 de Outubro de 2014).

4 "Teal Group Predicts Worldwide UAV Market Will Total \$91 Billion in Its 2014 UAV Market Profile and Forecast" (*Teal Group*, 17 de Julho de 2014).

5 Sam Perlo-Freeman, Aude Fleurant, Pieter D. Wezeman e Siemon T. Wezeman, "Trends in World Military Expenditure, 2014" (*SIPRI*, Abril de 2015).



de drones, em 2011 o número total ascendia já a 680.<sup>6</sup> Ora, em teoria, uma maior competitividade gerará menores custos, tornando assim esta tecnologia mais acessível aos países emergentes.

Dito isto, e tendo em consideração que os dois maiores rivais de Angola na região subsariana— a África do Sul e a Nigéria— têm já esta tecnologia, não deixa de ser curioso que Luanda não tenha dado ainda esse passo. Tendo em conta que as Forças Armadas Angolanas (FAA) são um dos principais instrumentos na projecção da política externa angolana, daqui decorre que urge modernizá-las e dotá-las das capacidades que os drones oferecem. Acresce ainda que Angola reúne as características que fazem da aquisição de drones uma opção racional.

### O potencial dos drones em Angola

Vastas zonas do território angolano são isoladas e de difícil acesso, sendo que as fronteiras terrestres são porosas e ineficientemente controladas. A dificuldade em patrulhar essas regiões é uma ameaça à estabilidade do país, na medida em que facilita a organização de grupos com potencial desestabilizador. A imigração ilegal é também um foco de preocupação, pois afecta a ordem socioeconómica e gera um terreno fértil para actividades de natureza criminal.

Garantir a segurança em território nacional é de interesse estratégico, nomeadamente no plano económico. Não obstante a elevada probabilidade de Angola continuar a ser, a médio e longo prazo, dependente da exploração de recursos energéticos, o governo admite a urgência em diversificar a economia. Dito isto, há que reconhecer que os esforços de diversificação económica dependem, por um lado, da estabilidade das rotas comerciais—marítimas e terrestres—e, por outro, da segurança em regiões onde se apostará em novas actividades económicas.

No que respeita às águas territoriais, Angola tem uma linha costeira de 1600 quilómetros quadrados e uma Zona Económica Exclusiva que representa 40% do território. Assegurar a estabilidade nessas regiões é fundamental para a segurança das plataformas petrolíferas *offshore* e actividades económicas como a pesca. O potencial desestabilizador ganha contornos mais graves quando se considera as disputas territoriais com a República Democrática do Congo (RDC) sobre a delimitação das fronteiras marítimas na região de Cabinda—fonte da maior parte do petróleo angolano.

Igualmente relevante é a segurança nas importantes rotas comerciais do Golfo da Guiné e Atlântico Sul. A centralidade de Angola nestas regiões, nomeadamente no que respeita à segurança nas suas águas territoriais, é de interesse estratégico para a comunidade internacional.

De facto, o sequestro, em Janeiro de 2014, de um navio petrolífero ao largo da costa angolana, revela a urgência em criar maiores capacidades de IVR. No entanto, essa tarefa é dificul-

tada pelo facto de a marinha angolana ser o ramo das FAA que mais limitações apresenta.<sup>7</sup>

Reconhecendo estas limitações, o governo angolano tem vindo a investir na modernização dos sistemas de vigilância marítima, tal como reflecte a encomenda, em 2012, de seis aviões A-29 Super Tucano ao Brasil, a serem aplicados em missões de vigilância de fronteiras e combate ao tráfico de armas na região.<sup>8</sup>

Talvez mais importante foi a decisão do governo angolano, em Março de 2015, de avançar com a implementação de um Sistema Nacional de Vigilância Marítima (Sinavim), o qual visa melhorar as capacidades técnicas e humanas da Marinha de Guerra e assim melhor monitorizar, controlar e proteger as águas territoriais. De notar que o Sinavim incluirá o uso de drones.<sup>9</sup>

Angola é o segundo país africano com a maior percentagem do PIB dedicada ao aparelho militar, tendo duplicado a sua despesa militar desde 2005 e registado um aumento de 6,7% entre 2013 e 2014.<sup>10</sup> Acresce que até 2019 essa deverá mais uma vez duplicar, devido à procura por equipamento de controlo fronteiriço, caças, aeronaves multifuncionais, navios e drones.<sup>11</sup> O elevado investimento nas FAA, juntamente com os programas de formação militar com países militarmente avançados, como é o caso do Brasil, China, EUA, Portugal, Rússia, entre outros, posiciona Angola como um dos países mais capacitados para, no futuro, operar e manter esta tecnologia.

Não obstante o impacto económico-financeiro da redução dos preços do petróleo, a afirmação de Angola e as exigências securitárias levarão seguramente o governo de Luanda a continuar a apostar na modernização do seu sector de defesa e segurança. Posto isto, é expectável que o corte em 17,2% na rubrica da Defesa, Segurança e Ordem Pública para o ano de 2015,<sup>12</sup> não tenha um impacto significativo no investimento militar. Ora, Angola tem aqui uma motivação adicional para adquirir equipamento que garanta uma melhor relação custo-eficácia.

De facto, importa notar que o contexto de segurança de Angola não exige uma força militar exclusivamente com capacidade ofensiva. Ao contrário de outras potências africanas—como no caso do Quênia e da Nigéria—não existe uma ameaça imedia-

6 Micah Zenko, "10 Things You Didn't Know About Drones" (*Foreign Policy*, 27 de Fevereiro de 2012).

7 Sam Perlo-Freeman, Aude Fleurant, Pieter D. Wezeman e Siemon T. Wezeman, "Trends in World Military Expenditure, 2014" (*SIPRI*, Abril de 2015).

8 Brasília e Luanda aprofundaram ainda a cooperação em matéria de defesa, o que incluiu, entre outros, o fornecimento de sete navios de patrulha e a capacitação de recursos humanos. "Angola busca cooperação brasileira para implementar Programa Naval" (Governo Federal do Brasil, 6 de Agosto de 2014).

9 Francisco Galamas, "Angola Modernizes Navy to Protect Maritime Resources" (*World Politics Review*, 8 de Outubro de 2014) e "Angola avança com sistema nacional de vigilância marítima e reforço de meios" (*Lusa*, 5 de Março de 2015).

10 "Trends in World Military Expenditure, 2014" (*SIPRI*, Abril de 2015).

11 Oscar Nkala, "Angolan military expenditure to top \$13 billion by 2019" (*DefenceWeb*, 28 de Novembro de 2014).

12 Anunciado aquando da revisão do Orçamento Geral do Estado. "Angola corta mais de 17% nas despesas com Defesa e Segurança em 2015" (*Diário de Notícias*, 23 de Fevereiro de 2015).



ta à estabilidade e integridade de Angola que justifique uma abordagem dessa natureza. Os desafios de Angola recaem sobretudo no combate à pirataria, actividades ilícitas e imigração ilegal, algo que requer um maior foco nas capacidades de vigilância do território, no entanto não descurando a capacidade ofensiva.

### Uma conjuntura internacional favorável a Angola

A juntar às potências ocidentais, nomeadamente os EUA, também a ONU pretende expandir o uso de drones em África. De facto, em 2013 a MONUSCO utilizou drones de vigilância na RDC, cujas imagens deram um importante contributo para o desmantelamento do grupo M23. Importa notar que o custo da utilização dos cinco drones contabilizou apenas 1% do orçamento anual da missão. Dado o sucesso desta abordagem na RDC, uma oficial da ONU afirmou “que os drones, ou a capacidade de visualização aérea, é uma capacidade que todas as missões devem ter”.<sup>13</sup>

De facto, a aposta nos drones seria uma importante manobra estratégica de Angola, contribuindo para a sua afirmação regional e internacional, e também para a sua consolidação como fornecedor de segurança no continente. Em suma, a aposta nos drones poderá agilizar o processo de decisão política angolana relativamente à participação das FAA nessas missões. Acresce que Luanda tem promovido o crescimento das relações com algumas das grandes potências emergentes que ambicionam tornar-se actores importantes no mercado da defesa e segurança, nomeadamente no promissor mercado dos drones. Entre elas destacam-se o Brasil, a China e a Rússia.

A China está a posicionar-se para ser um dos grandes exportadores de drones, prevendo-se que em 2023 a Aviation Industry Corporation of China se torne na maior empresa global neste sector. No que respeita ao continente africano, em 2014 a China forneceu cinco drones à Nigéria para o combate ao Boko Haram, tendo ainda vendido drones de vigilância a outros países africanos não especificados.<sup>14</sup> Em relação a Angola, apesar de não existirem registos de aquisição de equipamento chinês desta natureza, não é de excluir que tal aconteça. De facto, em Outubro de 2013 os dois países anunciaram a intenção de reforçar a cooperação militar e aumentar as trocas de equipamento militar.

Igualmente relevante é o papel da Rússia no mercado de equipamento e tecnologia militar. Aquele que é o segundo maior exportador de armas do mundo viu as suas exportações aumentarem 37% desde 2005.<sup>15</sup> Angola é já o principal comprador de equipamento militar russo no continente africano. Em Outubro de 2013, foram reforçadas as relações entre os dois países através de um acordo de mil milhões de dólares entre a empresa estatal de exportação de equipamento militar, a Rosoboronexport, e o governo angolano para a provisão de caças

Su-30K, helicópteros Mi-17 e outros. Na altura, Moscovo anunciou querer aprofundar essa relação, em particular na área da tecnologia militar.<sup>16</sup> Considerando que a Rosoboronexport pretende aumentar a participação no mercado internacional de drones ao longo dos próximos 10 anos, em particular nos países em desenvolvimento, Angola posiciona-se como um dos potenciais clientes.

Importa ainda referir que o Brasil está a tornar-se num dos principais actores mundiais no que respeita à venda de equipamento militar moderno, tendo recentemente entrado no mercado dos drones. Em 2014, a empresa FT Sistemas S.A., um dos maiores produtores de drones no Brasil, anunciou a primeira venda de drones a um país africano, num negócio intermediado pelo Ministério da Defesa brasileiro.<sup>17</sup> O presidente da empresa, Nei Brasil, afirmou querer “trabalhar mais em países onde o Brasil tem influência estratégica, alinhamento político e económico, e também que não são tradicionais do ponto de vista de exportações [desta tecnologia]”.<sup>18</sup> As boas relações entre os dois países—e a importância estratégica para Brasília da segurança no Atlântico Sul—colocam inevitavelmente Angola nessa equação.

À luz do que se acaba de referir, não surpreenderá se as boas relações de Luanda com estas potências emergentes contribua para que o governo angolano introduza drones no inventário do seu aparelho militar e de segurança.

### Conclusão

Os drones abrem novas possibilidades no contexto de estabilidade e segurança no continente africano. Estes garantem melhores capacidades de recolha e análise de inteligência, vigilância e reconhecimento, algo que seguramente terá um impacto positivo no que respeita ao combate às ameaças e desafios no continente—cujo impacto prejudica as frágeis economias africanas.

Este é o caso de Angola. O governo de Luanda tem em mãos uma complicada situação económico-financeira que requer uma alteração nas prioridades de investimento, sem que tal tenha repercussões negativas no rumo seguido desde o fim da guerra civil em 2002: crescimento e desenvolvimento socio-económico, afirmação político-diplomática, e ainda a modernização, capacitação e projecção regional do seu aparelho militar.

O desenvolvimento económico está dependente da salvaguarda das fontes de receitas nacionais, nomeadamente o petróleo. Por outro lado, os esforços de diversificação requerem também a existência de um ambiente estável e seguro. Tendo em conta as potenciais ameaças à estabilidade e segurança, e a situação económico-financeira pouco favorável, a necessária

13 Sophie Pilgrim, “Are UN drones the future of peacekeeping?” (*France 24*, 9 de Abril de 2015).

14 Megha Rajagopalan, “China is really interested in the military drone business” (*Reuters*, 30 de Abril de 2015).

15 “Trends in International Arms Transfers” (*SIPRI*, Março de 2015).

16 “Russia will supply Angola with \$1 billion in weapons” (*Rostec*, 16 October 2013).

17 “Flight Tech Conquista Contrato Na África” (*FT Sistemas*, 28 de Julho de 2014) e “Brasileira vence concorrência para exportar drone à África” (*Valor Económico*, 8 de Agosto de 2014).

18 “Empresa vê mercado promissor para drones no exterior” (*Agência de Notícias Brasil-Árabe*, 10 de Setembro de 2014).



modernização das FAA pode e deve passar por equipamento militar menos convencional e que garanta controlo territorial com uma melhor relação custo-eficácia.

Com um custo de aquisição e de operabilidade mais reduzido do que qualquer alternativa tripulada, os drones estão em linha com a necessidade de contenção da despesa. Não existe de facto necessidade de concentrar o investimento em equipamento militar exclusivamente com funcionalidades e fins ofensivos.

O mercado dos drones apresenta excelentes perspectivas de futuro, o que em parte explica a entrada de cada vez mais actores nesse sector, entre os quais se contam o Brasil, a China e a Rússia. Dito isto, as boas relações de Angola com estes países, em particular no campo da defesa e segurança, sugerem a possibilidade de, no futuro próximo, se verem drones a sobrevoar as regiões angolanas estratégicas, mais isoladas e de difícil acesso.

A afirmação regional e internacional de Angola exige que as suas Forças Armadas acompanhem os tempos, isto é, que se modernizem e se adaptem às circunstâncias subsaarianas. Não o fazer significa perder terreno para os seus grandes rivais na África subsaariana e adiar a sua consolidação como uma grande potência regional e como um fornecedor de segurança.

**EDITOR** | Paulo Gorjão

**EDITOR ASSISTENTE** | Gustavo Plácido dos Santos

DESIGN | Atelier Teresa Cardoso Bastos

Instituto Português de Relações Internacionais e Segurança (IPRIS)  
Rua da Junqueira, 188 - 1349-001 Lisboa  
PORTUGAL

<http://www.ipris.org>

email: [ipris@ipris.org](mailto:ipris@ipris.org)

IPRIS Comentário é uma publicação do IPRIS.

As opiniões expressas são da exclusiva responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente as opiniões do IPRIS.

Parceiros



Mecenas

